

## **PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE “LUGAR DE FALA”: IMPLICAÇÕES SOBRE O FANTASMA DA VERDADE \*1**

João Angelo Fantini

Especialmente nos últimos anos temos assistido um movimento novo nos grupos que socialmente sofrem opressões e que congregam especialmente negros, gays e mulheres envolvidos em movimentos políticos que atuam com identidades de gênero, raça e orientação sexual, sobre a necessidade de prioridade na interpretação das suas histórias. Ao longo do tempo, estes grupos tiveram seu discurso deslegitimado pelos grupos dominantes, mas, últimos anos, vem ganhando força e ocupando lugares importantes na vida pública em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil.

Embora a origem do termo “lugar de fala” não seja precisa (nos termos que usamos hoje para nos referirmos ao seu emprego nos movimentos políticos), é comum apontar sua origem no debate feminista americano dos anos 80. Para muitos pesquisadores o conceito como conhecemos agora teria aparecido pela primeira vez descrito pela filósofa panamenha Linda Alcoff e no ensaio da professora indiana Gayatri Spivak (1988). Sua origem estaria vinculada as Teorias da Enunciação para evidenciar uma certa posição do olhar de onde se fala, organizando formas de intervenção na realidade. De outro lado ainda, o conceito apontaria uma busca pelo fim da mediação, tornando a pessoa que sofre qualquer forma de intolerância como protagonista do discurso na sua luta.

Um problema adicional parece estar na “linha de corte” daqueles que pertencem a esse lugar. Isto lembra a antiga questão dos Bálcãs ao longo da história europeia, que projeta sua estranheza além da sua fronteira, “nos Bálcãs”, linha que foi se movendo ao longo do tempo, mas que - em algum tempo - já incluiu a Alemanha. Nesta perspectiva, quando a Alemanha se torna o que conhecemos hoje - um país poderoso - a fronteira

---

<sup>1</sup>. \*Esse texto é parte reescrita e atualizada do artigo “Lugar de Fala e Apropriação Cultural nas Novas Mídias: Verdade, Fragmentação e Intolerância na Política. In: Míriam Debieux Rosa; Ana Maria Medeiros da Costa; Sérgio Prudente. (Org.). As Escritas do Ódio: Psicanálise e Política. 01ed. Sao Paulo: Escuta, 2018, v. 01, p. 176-195.

“suja”, “ignorante”, “selvagem” é empurrada para o vizinho (Polônia, por exemplo). Semelhantemente, se “nosso” lugar de fala tem estatuto de verdade, então aquele que “não sabe do que fala” passa a ser nosso *próximo* (o *Unheimliche* freudiano, o estranho/familiar), estigmatizado por aquilo que Freud chamou de “Narcisismo das pequenas diferenças”, uma forma de estigmatizar o outro, especialmente quando este outro tenta parecer conosco ou partilhar nossas experiências. Isto é, há com frequência um alerta/crítica de que o problema da inclusão/aceitação/integração das minorias, dos excluídos, dos estrangeiros etc., possa passar a ser - não uma reivindicação legítima do processo civilizatório - mas se tornar uma estratégia de poder. Parte desta crítica tem origem nos intelectuais de esquerda, que veem neste movimento uma forma de particularismo ou luta horizontal que em vez de aglutinar a luta vertical contra o poder estabelecido fragmentaria a luta política.

Como discuti em outro artigo (2017) esta política identitária defende um ideal de pureza no seu discurso que a aproxima perigosamente do discurso religioso, apenas substituindo a pureza vinda diretamente de Deus por outra, vinda da experiência pessoal, escondendo o fato de que ambas são uma forma, no limite, de invenção, pois podem ser mudadas ao sabor das circunstâncias que exijam um refinamento da pureza para fins de poder - tal como acontece nas guerras religiosas - a despeito dos ideais progressistas que legitimam estas lutas e da existente desigualdade de direitos que estes grupos sofrem.

De outro lado, não se pode negar – para não adotarmos uma postura liberal – que estes grupos não têm efetivamente o mesmo poder e acesso ao discurso que grupos historicamente hegemônicos na sociedade. Com isso queremos dizer que efetivamente as Políticas de Igualdade que são desenvolvidas, inclusive no Brasil, tem efetivo papel em reduzir a desigualdade do lugar de *onde se fala*, ou seja, de que ao promover a ascensão social de grupos marginalizados/desprivilegiados temos uma outra situação mais equilibrada de discussão dos privilégios na sociedade.

O que parece estar em jogo nos últimos tempos têm sido a questão de - em que medida (de tempo, de número de pessoas, de que grupos deveriam participar) - estas políticas deveriam acontecer de forma a equilibrar o jogo social, sem se tornar elas mesmas uma reprodução do mesmo processo de segregação com sinal invertido. Uma questão que aparentemente necessita de uma discussão profunda, mas que vem sendo atropelada pela política, especialmente aquela mais mesquinha que luta apenas pelo poder de governar uma cidade, um estado ou um país.

A luta pela cidadania tem se inscrito, desde há muito, em um campo marcado pelas racionalidades de estruturas hegemônicas de poder. Neste sentido, os movimentos políticos mais recentes reivindicam soluções construídas de forma mais local. No campo dos meios de comunicação como lugar de expansão/reprodução do lugar de fala isto tem implicado uma mudança da importância das mídias tradicionais (tidas como dominadas pelo poder hegemônico) para as novas mídias, tidas como lugar de comunicação mais horizontal, que refletiriam os espaços públicos mais periféricos, seja da perspectiva geográfica, social ou política.

A expectativa de que experiência/vivência pessoal daria substrato de verdade à fala equivaleria dizer que experiência e compreensão mantêm uma relação sem divergência. Desta perspectiva, a psicanálise poderia participar do debate a partir do pressuposto básico de sua existência, pois como Freud percebeu na sua clínica desde o início, o que é percebido como história pessoal para um sujeito quase sempre está enviesado pelo inconsciente, o que não significa que isso deva ser descartado no processo de compreensão do sujeito a respeito da sua realidade.

O pressuposto freudiano de que as formações identitárias são suportadas a partir de construções imaginárias nos alertam que a sensação de pertencimento a um grupo sempre é enviesada pelas imagens que asseguram uma identificação sem falta, uma forma de reflexo, que já foram e continuam sendo à base de muitos dos movimentos políticos que desembocaram, entre outras coisas, em movimentos sociais autoritários. O simples descarte do discurso do outro pode implicar mais do que o lugar de poder (ou empoderamento) do indivíduo ou grupo para uma defesa do poder como finalidade, isto é, funcionaria numa forma de varrer o conteúdo do argumento do outro, em detrimento do lugar de poder que detém aquele que enuncia sua fala, uma substituição das lutas pela elevação dos processos civilizatórios para uma mera luta pelo poder.

### **O “LUGAR DE FALA” NO ATUAL MAQUINÁRIO DA COMUNICAÇÃO**

De uma perspectiva da comunicação, parece que a questão de fundo que acompanha a ascensão da tecnologia está ligada à longa tradição do processo civilizatório onde a questão da liberdade, de tempos em tempos, tem sua discussão mais acirrada. Neste caso, desde o início da construção de máquinas, sempre restou a pergunta de quanto as supostas facilidades criadas pelas máquinas nos faria dependente delas. No caso específico da tecnologia atual, temos um acréscimo deste problema ao questionar o

quanto estas máquinas podem estar influenciando na nossa subjetividade e na forma como olhamos a realidade e, ainda mais, o quanto nossa fala e nosso lugar de fala não sofreria interferência delas.

Um dos aspectos mais relevantes parece ser a crescente interferência da tecnologia nos processos de construção da memória. A mediação dos processos subjetivos pelas tecnologias digitais parece ter inaugurado um novo tempo na construção da história que em vez de se referir a um relato sobre o passado, se apresenta como uma forma de presente contínuo, onde a história e a memória escapam do corpo físico para serem construídas e arquivadas nas máquinas, as quais o sujeito “consulta” quando precisa de referência para alguma ação.

Voltando no tempo, o próprio conceito de “máquina” já estava em Lacan quando esse se referia ao Grande Outro, como entidade que organiza o mundo por nós, quando ele nos dizia que a “máquina combinatória” (LIU, 2010), longe de estar à vista, trabalha nos bastidores, o que nos levaria a crer que ela estaria à distância: para Freud e Lacan, uma análise seria uma forma de seguir a cadeia significante como forma de reintegrar a história do sujeito e ter acesso às leis determinantes que constituem essa “maquinaria inconsciente” em cada um.

Neste sentido, quando pensamos na possibilidade do lugar de fala tornar-se autoritário, vemos que esse lugar pode ganhar em complexidade, se confundimos o lugar de fala como expressão de uma verdade pessoal para uma verdade universal, suspendendo a pluralidade de toda luta política, como certos autoritarismos fizeram e ainda fazem. Para além do reconhecimento da experiência pessoal, o lugar de fala deveria ser, talvez, um lugar de diálogo, mesmo que, como foi dito, isto implique uma proeminência daquele que tem a experiência.

Os embates em torno de concepções que pretendem combater os discursos privilegiados neste começo de século apontam, de forma especial para mais duas elaborações além do Lugar de Fala: aqueles que pensam o movimento a partir de uma visão culturalista (Apropriação Cultural) e os chamados formalistas (Teoria do Privilégio<sup>2</sup>). De modo semelhante, o conceito de “apropriação cultural” tem sofrido

---

<sup>2</sup>. Não vou me deter neste artigo sobre este conceito, que afirma que cada indivíduo forma parte de uma matriz de categorias e contextos e será de algum modo privilegiado e, em outros contextos, desfavorecido.

ataques de vários setores das sociedades descontentes com o que é chamado por vezes, especialmente nas redes sociais, como uma “política de vigília sobre o comportamento do outro”, o que no Brasil veio a tona especialmente depois do caso emblemático ocorrido em Fevereiro de 2017 em que uma garota branca foi advertida por outra garota do uso despropositado de um turbante africano: tratava-se de uma pessoa com o câncer e que havia perdido os cabelos devido ao tratamento. O caso ganhou grande repercussão nas redes sociais com defesas e ataques de parte a parte e acabou servindo de material para o crescimento nas redes de *posts* que atacavam movimentos sociais<sup>3</sup>. Estes fatos, e não somente esses, foram usados não somente na luta no “varejo” entre movimentos sociais e seus antagonistas, mas como combustível nas lutas pelo poder da política partidária, com foco nas eleições.

Promovido nas redes sociais (especialmente, mas não só nelas) a discussões sobre Apropriação Cultural podem ser vistos como uma forma de encenação de um teatro narcísico, onde cada um tenta defender – mais que suas ideias políticas – a sua própria crença<sup>4</sup>. No campo da política, isso pode resultar numa forma de defesa de crença pessoal (por exemplo, um candidato em quem você acreditou como sendo honesto ou progressista ou defensor dos valores tradicionais etc.), não raro, resulta em uma defesa que ultrapassa qualquer situação fática, podendo ser entendida mais como uma defesa da integridade do Eu, uma forma de defesa narcísica. Essa situação não atinge somente “ignorantes”, “não-analisados”, “fascistas”, “comunistas” e tantos outros significantes utilizados nos *posts* agressivos encontrados nas mídias sociais, mas qualquer um, lembrando a lição freudiana de que a informação e a educação não necessariamente afetam o modo como percebemos o mundo: nosso inconsciente afeta nossa percepção de mundo. Neste aspecto, a teoria freudiana sobre o narcisismo<sup>5</sup> poderia ser uma ferramenta bastante útil para nos ajudar a entender, de uma perspectiva subjetiva, conceitos como pós-modernidade, cultura digital ou, bem recentemente, pós-verdade.

---

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.quimioterapiebeleza.com.br/polemica-da-jovem-que-usou-o-turbante/>

<sup>4</sup> . O que determina uma “crença cega” é a relação do sujeito com a verdade, uma forma de denegação, que implica fazer “em nome de”, de negar a posição do sujeito no próprio ato que o produz. (Dunker, 2004). A crença seria, então, ligada diretamente à sustentação narcísica do sujeito, encobrimento fantasmático da castração.

<sup>5</sup> . Sigmund Freud conceituou o narcisismo como uma etapa do desenvolvimento normal do lactante, em que ego e id são indiferenciados, dada a incapacidade do bebê para discriminar objetos exteriores a si mesmo, agindo como uma perversão típica dos estágios iniciais da psicodinâmica libidinal. Depois do narcisismo primário, Freud se dedicou ao problema do “represamento de libido no ego”, a partir da clínica de paranoicos e neuróticos, o que chamou de narcisismo secundário ou patológico.

A conexão do narcisismo com a ideia de pós-verdade parece proliferar no lugar em que o desprestígio das posturas políticas e ideológicas coincide com a sobrevalorização das questões subjetivas, ou seja, onde as questões cruciais da vida coletiva passam a ter importância semelhante (ou menor) que a vida amorosa de celebridades ou o lançamento do novo *Iphone*. Embora isso não se aplique a totalidade das pessoas, o peso dessa afirmação pode ser medido na diferença da difusão nas novas mídias, por exemplo, do que se comenta sobre a guerra na Síria e a vida de Kim Kardashian<sup>6</sup>.

O narcisismo encontra sentido em escala histórica na medida em que reduz a carga emocional dirigida ao espaço público, enquanto aumenta as prioridades na esfera privada. Assim, a celebridade tomou o lugar da autoridade<sup>7</sup>. As celebridades ganham reverência como formadores de hábitos e opinião, enquanto ao restante da humanidade resta o anonimato. Nesta perspectiva, candidatos como Donald Trump, em vez de serem tratados como autoritários, parecem ser tratados como celebridades, ou seja, ao mesmo tempo em que ninguém acredita seriamente no que ele diz (celebridades não precisam necessariamente ter valores morais socialmente construtivos), seu lugar de destaque social permanece desejado (como ideal do Eu)<sup>8</sup>.

Promovido nas redes sociais (especialmente, mas não só nelas) a discussões sobre Apropriação Cultural podem ser vistos como uma forma de espetáculo agressivo também, como encenação de um teatro narcísico, onde cada um tenta defender – mais

---

<sup>6</sup>. Celebridade que resultou, em grande parte, da participação em *reality shows* e comentários em sites de fofocas, e que, em 2016, foi considerada uma das personalidades mais influentes nas mídias sociais.

<sup>7</sup>. A ideia de figuras de autoridade está ligada ao conceito de Ideal do Eu como uma substituição simbólica do Eu Ideal (lugar imaginário das projeções parentais, da completude, da ausência de falta, lugar do que o outro espera da gente: objeto para o outro). Seria simbolizada no Ideal do Eu, instância secundária advinda do Complexo de Édipo que resulta na substituição simbólica do narcisismo primário, aquilo que nos diz como devemos ser, que ideal devemos ter, que pessoa devemos ser, para poder autorizar nosso desejo. Lugar que substitui a série parental das figuras imaginariamente perfeitas (em autoridade, bondade, poder) e que, reconhecida sua falta, são substituídos por figuras secundárias (professores, astros, líderes, governantes), que determinam nossas maneiras de amar. Na medida em que o Ideal do Eu se torna um lugar impossível de alcançar, nas crises pessoais ou nos movimentos de massa, pode haver um movimento narcísico no sentido de satisfazer o Ideal do Eu realizando uma junção com o Eu Ideal, produzindo movimentos de grupo, de massa ou mesmo paixão.

Autoridades seriam as figuras que representavam, de alguma maneira, valores positivos de inserção social, mas o conceito, em si, é controverso. Na discussão sobre o declínio da autoridade prefiro a versão de Hannah Arendt do progressivo esvaziamento da experiência da fundação dos romanos, resumida na trindade tradição-religião-autoridade. Freud, em *O mal-estar na civilização* (1930) alertava para o perigo nas sociedades em que as figuras de autoridade (fundadas em seu valor histórico) perdessem sua importância. Ele chamava este fenômeno de “pobreza psicológica dos grupos”.

<sup>8</sup>. Em: <http://www.comciencia.br/politica-como-religiao-ciberdemocracia-intolerancia-nas-novas-midias/>

que suas ideias políticas – a sua própria crença<sup>9</sup>. No campo da política, isso pode significar uma forma de defesa de crença pessoal (por exemplo, um candidato em quem você acreditou como sendo honesto ou progressista ou defensor dos valores tradicionais etc) que, não raro, resulta em uma defesa que ultrapassa qualquer situação fática, podendo ser entendida mais como uma defesa da integridade do Eu, uma forma de defesa narcísica das próprias crenças. Essa situação, longe do que o senso comum pensa, não atinge somente “ignorantes”, “não-analisados”, “fascistas”, “comunistas” e tantos outros significantes utilizados nos *posts* agressivos encontrados nas mídias sociais. No limite qualquer pessoa está sujeita a essa condição, lembrando a lição freudiana de que a informação e a educação não necessariamente afetam o modo como percebemos o mundo: nosso inconsciente afeta nossa percepção de mundo. Neste aspecto, a teoria freudiana sobre o narcisismo<sup>10</sup> poderia ser uma ferramenta bastante útil para nos ajudar a entender, de uma perspectiva subjetiva, conceitos como pós-modernidade, cultura digital ou, bem recentemente, pós-verdade.

O resultado deste processo – como vem sendo apontado com frequência - é um esgarçamento dos laços sociais quando não apenas inimigos ou desconhecidos, mas mesmos velhos amigos ou companheiros, param de discutir ideias e se entrincheiram junto a outros que – aparentemente – compartilham seus pontos de vista. Este processo comandado em grande parte por algoritmos nas redes sociais possibilita que um sujeito passe a receber mensagens de pessoas que ele tenha muitas vezes, apenas uma ideia em comum e nada mais. Por exemplo, se sou contra os ataques terroristas (e só por usar este termo – terrorista – já me perfilo de um lado da questão) e recebo mensagens ou replico esses conteúdos, começo a receber mensagens contra muçulmanos, xenófobos, nacionalistas etc.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup>. O que determina uma “crença cega” é a relação do sujeito com a verdade, uma forma de denegação, que implica fazer “em nome de”, de negar a posição do sujeito no próprio ato que o produz. (Dunker, 2004). A crença seria, então, ligada diretamente à sustentação narcísica do sujeito, encobrimento fantasmático da castração.

<sup>10</sup>. Sigmund Freud conceituou o narcisismo como uma etapa do desenvolvimento normal do lactante, em que ego e id são indiferenciados, dada a incapacidade do bebê para discriminar objetos exteriores a si mesmo, agindo como uma perversão típica dos estágios iniciais da psicodinâmica libidinal. Depois do narcisismo primário, Freud se dedicou ao problema do “represamento de libido no ego”, a partir da clínica de paranoicos e neuróticos, o que chamou de narcisismo secundário ou patológico.

<sup>11</sup>. Levantamento realizado com o auxílio de um software de monitoramento em 2016 pelo *Comunica que muda* (agência nova/sb), e mostra que a intolerância política está em primeiro no ranking. Foram analisadas 393.284 menções nas redes sociais, comentários em blogs e sites. Deste total, 219.272 tinham cunho político, sendo que 97,4% delas abordavam aspectos negativos. Fonte: [www.comunicaque muda.com.br](http://www.comunicaque muda.com.br).

A crítica dos anos noventa sobre os perigos de estar conectado por longos períodos à rede, ou os possíveis benefícios dessa conexão, vem gradativamente perdendo força. Grande parte das discussões sobre a rede, hoje, passam pelo ódio e abuso on-line. A cultura narcisista dos *selfies* e a coleta de dados pessoais em escala industrial, segue aumentando em progressão geométrica, sob a égide de um consentimento resignado ou passivo. Sabemos que estamos viciados na rede, mas não conseguimos sair. A *net* se tornou um lugar de reconhecimento<sup>12</sup>, condição compulsória para fazer laço social.

### **“VERDADE” E EXPERIÊNCIAS AUTORITÁRIAS**

Da perspectiva da psicanálise, quando perguntamos “quem sou eu?”, a resposta sempre passa por “quem sou eu em relação ao outro”. Nossas relações objetivas com o mundo e o outro, estabelecem a diferença subjetiva entre eu e todos os outros. O que está em jogo nas situações de intolerância não é (como se ouve constantemente) que “devemos tolerar” o outro, mas justamente o contrário: não devo “tolerar” o outro, porque, de fato, ele *é* diferente de mim e me provoca angústia (não só porque ele é “muçulmano”. Ele pode ser meu filho, inclusive). O que eu devo esperar do outro (e de mim mesmo) é que *tolere sua própria diferença*, isto é, aquela diferença subjetiva (Eu/outro) que provoca angústia e que se quer depositar na conta do próximo, seja individualmente ou no coletivo.

Podemos pensar, assim, ser possível estabelecer uma conexão entre este momento totalmente novo (chamado por muitos de a 4.a Revolução Industrial)<sup>13</sup> e os modelos de pensamento autoritários que temos visto, no sentido que teriam ou tiveram, em parte, influência de uma forma de narcisismo patológico, que em determinados momentos históricos puderam ganhar a dimensão de movimentos de massa, organizados por um suposto saber que proclama a superioridade de uma forma de pensamento em detrimento de outra. Com frequência, por exemplo, a ideia de pós-verdade é também associada às formas autoritárias, xenófobas de governo, e a questão da intolerância, a exemplo do que está acontecendo no mundo, justificando movimentos políticos, fomentando candidatos ou plebiscitos que possivelmente estariam fora de qualquer

---

<sup>12</sup> . Reconhecimento aqui é usado no sentido da obra de Hegel, na qual o filósofo caracteriza “reconhecimento” como uma forma de autorreconhecimento e de reconhecimento pelo outro.

<sup>13</sup> . A 1a Revolução foi associada à criação da máquina a vapor (1784) e permitiu o surgimento das indústrias com produção mecânica. A 2a Revolução, associada à descoberta da eletricidade (1870) e permitiu a produção em massa com a divisão do trabalho. A 3a Revolução data de finais dos anos 1960 e início dos anos 1970 sendo associada ao desenvolvimento da eletrônica digital e à chamada “tecnologia da informação”. Por fim, a chamada a 4º Revolução Industrial pode ser caracterizada por uma fusão de tecnologias biológicas, físicas e digitais, onde estas fronteiras estarão cada vez mais borradas.



interesse algumas décadas atrás. Esta situação, por outro lado, tem incentivado movimentos a favor da tolerância ao outro (estrangeiro, muçulmano etc.) que podem ou não conseguir os resultados esperados.

Dito de outra perspectiva, em termos da discussão entre uma história universal (uma forma de identidade humana universal) e uma história particularista (a concepção da multiplicidade das culturas), a possibilidade de que os discursos sobre a alteridade possam vir a ser utilizados pelos partidários de discursos discriminatórios através da rejeição da igualdade universal, abre espaço para que muitos estudos apontem para seu caráter perigoso da perspectiva política, leva muitos intelectuais a rejeitar (como parece ser o caso, com algumas sutilezas, de Slavoj Žižek, por exemplo<sup>14</sup>) e questionar qualquer possível potencial progressista, preferindo a ideia mais tradicional de igualdade universal, que no marxismo seria traduzida como luta de classes, com lugar de emancipação legítimo.

Os possíveis desdobramentos desse estado de coisas estão sendo vividos nesse quase um quarto de Século XXI e vão demandar como quase nunca antes na história que enquanto pesquisadores sejamos capazes de ampliar as discussões enquanto os fatos estão ocorrendo, ou para usar uma expressão popular, teremos que aprender a trocar o pneu do carro enquanto ele está em movimento.

## BIBLIOGRAFIA

FALCOFF, L. (1996) “The Problem of Speaking For Others”. *Cultural Critique*, 1991-92, p. 5-32 [versão revista e ampliada publicada em *Authority and Critical Identity*. Champaign: University of Illinois Press.

DUNKER, C. I. L. (2004) “Crença em psicanálise: elementos para uma concepção de ato”. *Revista Stylus*, v.8, p.55 – 68.

ENGELKE, A. (2017). “Pureza e Poder: Os paradoxos da política identitária EDIÇÃO 132, SETEMBRO DE 2017 \_questões minoritárias.

---

<sup>14</sup>. (...) Como Hegel afirmou, o que morre na cruz não é o representante terreno e finito de Deus, mas o próprio Deus, o Deus transcendente do além. Os dois termos da oposição, Pai e Filho, o Deus substancial como em si absoluto e o Deus para nós, ou revelado para nós, morrem, ou seja, são suprassumidos no Espírito Santo. (...). Isso significa que, apesar de todo o seu poder fundador, o Espírito é um ente virtual, no sentido de que seu status é aquele de um pressuposto subjetivo: ele só existe na medida em que o sujeito age como se ele existisse. Seu status é semelhante àquele de uma causa ideológica, como o comunismo ou a Nação (Žižek & Milbank, 2014. p. 108).

- LIU, L. H. (2010) The Cybernetic Unconscious: Rethinking Lacan, Poe, and French Theory. *Critical Inquiry*, Vol. 36, No. 2 (Winter 2010), pp. 288-320
- FANTINI, J. A. (2017) Política como Religião: Ciberdemocracia & Intolerância nas Novas Mídias. *Revista Comciência - DOSSIÊ 186*, Campinas. Online: <http://www.comciencia.br/politica-como-religiao-ciberdemocracia-intolerancia-nas-novas-mi/>
- FANTINI, J. A. “Lugar de Fala e Apropriação Cultural nas Novas Mídias: Verdade, Fragmentação e Intolerância na Política. In: Míriam Debieux Rosa; Ana Maria Medeiros da Costa; Sérgio Prudente. (Org.). *As Escritas do Ódio: Psicanálise e Política*. 01ed.Sao Paulo: Escuta, 2018, v. 01, p. 176-195.
- FANTINI, J. A.; Filla, M. G. (2016) “A construção mutual de discursos intolerantes: ateus, agnósticos e religiosos”. *Revista Memorandum*, 30, p. 199-223.
- FANTINI, J. A. (2014). *Raízes da intolerância*. São Carlos, Ed. EdUfscar.
- FREUD, S. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1914). *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- FOUCAULT, M. (1998) *A Ordem do Discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LACAN, J.(2005) *O triunfo da religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LACAN, J. (1966 [1965-66]/1998) ‘A ciência e a verdade’. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- RIVERA, T. (2017) “A subversão do sujeito como gesto político”. In: Blog PSICANALISTAS PELA DEMOCRACIA. <http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/04/a-subversao-do-sujeito-como-gesto-politico-por-tania-rivera/>. Acesso em 20/03/2018
- SPIVAK, G. C. (1988) “Can the subaltern speak?” In: Nelson, C. et al. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Champaign: University of Illinois Press, 1988, p. 271–313.
- THRIFT, N. (2005). *Knowing Capitalism*. London: SAGE.
- BEER, D. (2009) Power through the algorithm? “Participatory web cultures and the technological unconscious”. *Los Angeles. new media & society*. Vol 11(6): 985–1002
- ZIZEK & MILBANCK (2014) *A monstruosidade de Cristo*. São Paulo. Ed. Três estrelas.